

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018**

1. INTRODUÇÃO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (**Anexo I**), parte integrante do presente Edital;

1.2. O presente Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações, bem como as normas constantes deste Edital e seus Anexos, normas que as organizações concorrentes declaram, pela sua participação no certame, conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente;

1.3. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as organizações da sociedade civil participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas;

1.4. O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às organizações da sociedade civil participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos;

1.5. Os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para início da sessão pública. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados aos cuidados da Comissão Especial e protocolados no endereço da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situada na Travesa Uriscina Vargas, 36, Alcântara, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24.452.020, telefone (21) 3262-3590, ou pelo email: admsemelpmsg@gmail.com, das 09h às 17h;

1.6. Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à abertura da sessão pública, no endereço mencionado no subitem 1.5, de 9h00min até 17h decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o participante que não o fizer tempestivamente;

1.6.1. As Impugnações deverão ser decididas pela Comissão Especial em até 3 (três) dias úteis antes da sessão pública, com a divulgação da decisão pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital;

1.6.2. Não serão aceitas impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, e-mail ou fac-símile;

1.7. Este Edital e seus Anexos serão disponibilizados na sede da SEMEL, no endereço descrito no subitem 1.5, podendo os interessados comparecer munidos de pen drive para gravação dos arquivos.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

2.1. A autorização da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, consta nos autos do Processo Administrativo nº. 25799/2018 de 14/06/2018.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA DE ENVELOPES

3.1. No dia **10 de dezembro de 2018, às 10h**, a Comissão Especial estará reunida na sede da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, na Travesa Uriscina Vargas, 36, Alcântara, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24.452.020, para receberem os envelopes referentes ao presente Chamamento Público;

3.2. No caso do Chamamento Público não puder ser realizado na data estabelecida, será o mesmo transferido para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situação na qual se dará divulgação pelas mesmas formas que se deu publicidade ao presente Edital.

4. DO OBJETO

4.1 Constitui objeto do presente Edital de Chamamento a seleção das Organizações Sociais da Sociedade Civil sediadas e/ou com filial no município de São Gonçalo para celebração do Termo de Colaboração, visando a responsabilidade com a gestão de profissionais que atuarão especificamente no Programa Vida Saudável, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até igual período, nas condições estabelecidas, conforme especificações e condições constantes no Plano de Trabalho (**ANEXO I**) e Orientações preliminares para implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e lazer (**ANEXO V**) deste Edital;

4.2. A presente parceria terá por finalidade:

4.2.1. A responsabilidade com os profissionais que atenderão especificamente o Convênio nº. 818196/2015 (**ANEXO III**), na execução das atividades, conforme o Plano de Trabalho (**ANEXO I**) e as Orientações preliminares para implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e lazer (**ANEXO V**);

4.3. O Termo de Colaboração é o instrumento pelo qual que será formalizada a parceria com a organização da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, com transferência voluntária de recursos, visando a responsabilidade com os profissionais que atuarão no Programa Vida Saudável atendendo ao Convênio nº. 818196/2015 (**ANEXO III**).

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários à execução dos serviços ora licitados correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, recursos próprios e repasses do Governo Federal, conforme o Convênio nº. 818196/2015 **(ANEXO III)** e Cronograma de Desembolso **(ANEXO XI)**.

Programa de trabalho: 2029.27.812.2025.2.189

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00, despesa: 828, fonte: 08;

3.3.90.39.00, despesa: 225, fonte: 00;

3.3.50.43.00, despesa: 221, fonte: 00;

3.3.50.43.00, despesa: , fonte: 08.

6. PRAZOS

6.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade;

6.2. O prazo de vigência do Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até igual período, tendo início a partir da assinatura do Termo de Colaboração/publicação do extrato do Termo de Colaboração, no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo;

6.3. No caso de metas de caráter continuado, o prazo previsto no subitem 6.2 poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantagem para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos;

6.4. As despesas e custos atrelados à mão de obra utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

6.5. Em qualquer hipótese de reajuste previsto neste item, o pleito deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

6.6. Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação da parceria ou com o seu encerramento;

6.7. Os prazos relativos aos recursos administrativos são disciplinados em seção própria deste Edital.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do presente Chamamento Público quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou Organizações da Sociedade Civil que atenderem às exigências constantes deste Edital, que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim e que possuam normas de organização interna que prevejam, expressamente:

7.1.1. Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

7.1.2. Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta;

7.1.3. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

7.1.4. Que possuam existência legal no mínimo de 3 (três) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

7.2 Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

7.2.1 Não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

7.2.2 Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anterior celebrada;

7.2.3 Tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

7.2.4 Tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

7.2.4.1 For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

7.2.4.2 For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

7.2.4.3 A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

7.2.4.4 Tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

A) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

B) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

C) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

D) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

7.2.5 Tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

7.2.6 Tenham entre seus dirigentes pessoas:

7.2.6.1 Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

7.2.6.2 Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

7.2.6.3 Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

7.2.7 Tenham 12 (doze) ou mais instrumentos jurídicos vigentes celebrados com a Administração Pública Municipal;

7.3. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal;

7.4. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto nº 42696/2016;

7.5 Não será permitida a participação em rede;

7.6 Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do Edital.

8. REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO

8.1 As organizações da sociedade civil participantes poderão ser representadas em todas as etapas deste Chamamento Público por seu representante legal ou por agente credenciado regularmente constituído;

8.2 Por credencial entende-se:

8.2.1 Procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha nominativo poderes “ad negocia” para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da organização da sociedade civil;

8.2.2 Carta de credenciamento devidamente preenchida nos termos do **Anexo VII**;

8.2.3 O representante legal deverá apresentar documento comprobatório de legitimidade para representar a organização da sociedade civil, via de regra, o ato constitutivo da organização da sociedade civil e a ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações. O agente credenciado deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento acompanhada de documento comprobatório de que o mandante ou de que o signatário da carta possui poderes para tanto;

8.2.4 O representante legal ou o agente credenciado, antes da entrega dos envelopes e da credencial, deverá identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente;

8.2.5 A carta de credenciamento ou a procuração, o ato constitutivo da organização da sociedade civil e a ata de eleição, para fins de credenciamento, deverão ser entregues separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no item 9.1 deste Edital, sem prejuízo da regra descrita no subitem 12.1;

8.2.6 Encerrada a fase descrita nos subitens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4, iniciada no horário previsto no subitem 3.1, não mais serão admitidos novos proponentes, devendo a Comissão Especial lavrar na ata o recebimento dos envelopes de proposta e documentação de habilitação.

9. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

9.1 No local, data e hora estabelecidos no subitem 3.1, as organizações da sociedade civil interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

ENVELOPE “A” –PROPOSTA TÉCNICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SEMEL/2018
[NOME COMPLETO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – CNPJ/MF]

ENVELOPE “B” –DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SEMEL/2018
[NOME COMPLETO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – CNPJ/MF]

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS

10.1 Os documentos dos ENVELOPES “A” – PROPOSTA TÉCNICA - e “B” – DOCUMENTAÇÃO - serão apresentados na forma estabelecida nos itens a seguir;

10.1.1 A proposta constante do ENVELOPE “A” será apresentada de acordo com roteiro estipulado no item 11 deste Edital, sendo de exclusiva responsabilidade da organização da sociedade civil proponente, não lhe assistindo o direito de roteiro estipulado no item 11 deste Edital, sendo de exclusiva responsabilidade da organização da sociedade civil proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração após sua entrega à Comissão Especial, na forma do item 9 deste Edital, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo.

10.2. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes na forma do subitem 9.1;

10.3. As organizações da sociedade civil participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município de São Gonçalo, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos realizados no Chamamento Público ou os resultados dele decorrentes;

10.4. A Comissão Especial poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital;

10.5. É facultada à Comissão Especial, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta;

10.6. Os documentos exigidos no ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, rubricados pelo representante legal da organização da sociedade civil ou seu agente credenciado quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal ou agente credenciado nas folhas de documentação, poderá a Comissão Especial solicitar a quem tenha poderes para tanto que sane a incorreção. Em caso de descumprimento das formalidades acima por falta de representante legal ou agente credenciado, bem como sua recusa em atender ao solicitado, a organização da sociedade civil será inabilitada;

10.7. Somente será avaliada a documentação de habilitação da organização da sociedade civil que apresentar a melhor proposta. O ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – das demais organizações da sociedade civil ficará em poder da Comissão Especial até a assinatura do Termo de Colaboração pela organização da sociedade civil vencedora do certame, momento em que sua retirada pelos representantes será permitida. Caso tais documentos não sejam retirados até 5 dias úteis após a publicação do extrato do Termo de Colaboração, do D.O.E de São Gonçalo, estes serão destruídos.

11. PROPOSTA TÉCNICA

11.1 A Proposta deverá ser apresentada em texto de forma datilografada ou digitada, contendo os elementos abaixo, que a Comissão Especial utilizará para avaliação, observadas ainda as condições estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I);

11.2 Constituem os tópicos essenciais da Proposta:

11.3 **ÍNDICE:** Deverá conter a paginação correta e todos os tópicos da Proposta;

11.4 **APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:** Deverá conter um breve histórico da organização da sociedade civil;

11.4.1 Justificativa;

11.4.2 Objetivo geral;

11.4.3 Objetivos específicos;

11.4.4 Detalhamento do currículo de experiências sociais da Entidade/Organização;

11.4.4.1 Apresentar suas experiências sociais e declarações de reconhecimento de suas práticas emitidas por instituições governamentais ou privadas, de reconhecida expressão nacional ou internacional, caso existam;

11.4.4.2 Apresentar parcerias com outras instituições, universidades e empresários para gestão dos serviços já desenvolvidos, bem como aquelas que pretende estabelecer, demonstrando sua capacidade de realizar e manter parcerias para a gestão do serviço ora proposto;

11.4.5 Detalhamento dos Recursos Humanos na gestão do projeto:

11.4.5.1 Especificar os Recursos Humanos, função, qualificação, atribuições, bem como, a carga horária;

11.5 CONHECIMENTO DO PROBLEMA: Consistirá em uma dissertação própria da organização da sociedade civil a ser desenvolvida com base compatibilidade dos custos apresentados com a disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer para a despesa do objeto deste Edital, de acordo com os recursos orçamentários e financeiros repassados pela União Federal ao Município de São Gonçalo, através do Convênio nº. 818196/2015 celebrado, e recursos de contra partida da própria Unidade Orçamentária;

11.6 DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO: Será considerada vencedora a Entidade/Organização que obtiver o maior número de pontos na Avaliação Final (AF) da proposta, de acordo com os seguintes critérios:

Nº	PESO	VARIÁVEL	PONTUAÇÃO				
			0	0-1	0-2	0-3	0-4
01	1,5	TEMPO DE EXISTÊNCIA E OBJETIVO DA INSTITUIÇÃO	Até 2 anos de existência	2 a 3 anos de existência	Mais de 3 anos de existência	2 a 3 anos de existência e objetivos institucionais alinhados ao objeto da contratada	Mais de 3 anos de existência e objetivos institucionais alinhados ao objeto do contrato
02	1,5	JUSTIFICATIVA	Não apresentou justificativa	Justificativa não coerente	Justificativa resumida parcialmente coerente com o objeto	Justificativa coerente com o objeto	Justificativa coerente com o objeto, rica em detalhes, proporcionando defesa convincente da proposta
03	2,0	EXPERIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE OBJETOS SEMELHANTES (ATESTADOS)	Não apresentou experiência anterior	Apresentou experiência anterior para a ação proposta	Apresentou 02 ou mais experiências anteriores, sendo 01 compatível com a ação proposta	Apresentou 03 experiências anteriores, sendo 02 compatíveis com a ação proposta	Apresentou 04 ou mais experiências anteriores, sendo 03 compatíveis com a ação proposta
04	1,0	COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS APRESENTADOS COM A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Não apresentou compatibilidade				Apresentou compatibilidade
TOTAL							

11.6.1 A Avaliação Final (AF) de cada proposta será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = NT \text{ (avaliador 1)} + NT \text{ (avaliador 2)} + NT \text{ (avaliador 3)} + NT \text{ (avaliador 4)}$$

NT (avaliador) = Σ (Nota atribuída à proposta para cada item desta tabela de critérios de pontuação) **X** (peso do item avaliado estabelecido nesta tabela de critério de pontuação)

11.6.2 Poderá ocorrer empate na soma da Avaliação Final (AF);

11.6.2.1 Será considerada a proposta mais vantajosa aquela que somar o maior número de pontos segundo a escala prevista. Em caso de empate, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator capacidade operacional (03); persistindo o fato, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação na variável tempo de existência (01); persistindo ainda, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator preço (04); Permanecendo o empate, será realizado sorteio;

11.6.3 Caso a Entidade/Organização que obtiver maior número de pontos não possa, por qualquer motivo, celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII) com o Município, a empatada (se houver) ou a segunda colocada no somatório das notas terá plenos direitos na celebração de referido TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII);

11.6.4 O parecer da Comissão de Avaliação será publicado no “Diário Oficial Eletrônico”, no prazo de até 05 (cinco) dias após a realização da Audiência Pública, podendo tal prazo ser prorrogado a critério da Comissão;

11.6.5 O parecer técnico exarado pela Comissão de Avaliação, será submetido ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer e/ou Chefe do Poder Executivo, para homologação, havendo manifestação de quaisquer Entidade/Organizações participantes deste processo seletivo, nos termos disposto no Item 14.1 deste Edital, o citado parecer somente será submetido à homologação, após decorridos os prazos previstos nos itens da Cláusula Doze;

11.6.6 O despacho homologatório aprovando o parecer técnico da Comissão de Avaliação e autorizando a celebração de convênio com a Entidade/Organização selecionada pela referida Comissão Especial será publicado no “Diário Oficial Eletrônico”;

11.6.7 É primordial enfatizar que cabe a Administração observar as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nesse edital. Eficiência, neste caso, é sinônimo de vantajosidade para a Administração Pública. Desta forma, vale ressaltar que o preço não será a única medida na escolha do vencedor e, sim, a exequibilidade do projeto.

12. HABILITAÇÃO

12.1 O ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – deverá conter todos os documentos especificados a seguir:

12.2 Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou cópia autenticada do Estatuto da organização da sociedade civil, registrado;

12.3 Cópia da Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

12.4 Certidão de Regular Funcionamento das Fundações, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, se a organização da sociedade civil participante for uma fundação;

12.5 Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ;

12.6 Prova de no mínimo 3 (três) anos de existência, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

12.7 Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles;

12.8 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.8.1 Prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo;

12.8.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da organização da sociedade civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a organização da sociedade civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

12.8.3 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da organização da sociedade civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

12.9 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –CRF-FGTS;

12.10 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo;

12.11 Declaração datada e assinada, em papel timbrado da Entidade/Organização, de que, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, de acordo com o ANEXO VIII;

12.12 Declaração de que a organização da sociedade civil não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, emitida pelo seu representante legal (Anexo XIII);

12.13 Certidões negativas de falência ou insolvência civil ou recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da organização de sociedade civil;

12.14 Comprovação de capacidade técnica da proponente, mediante apresentação de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, reconhecidamente idôneas, que atestem haver a proponente executado/desenvolvido projetos iguais ou semelhantes ao objeto desta Edital.

12.15 Os documentos necessários à habilitação da organização da sociedade civil farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação destes por servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no momento da sessão pública;

12.16 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões exigidos neste Edital não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias contados até a data da apresentação dos Envelopes “A” e “B”.

13. ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

13.1 A primeira etapa deste Chamamento Público consiste no recebimento dos Envelopes “A” e “B” das organizações de sociedade civil que acudirem ao Certame pela Comissão Especial da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

13.2 Após superada a fase de representação no processo, os envelopes “A” – PROPOSTA TÉCNICA – serão abertos e as propostas serão rubricadas por todos os representantes presentes na sessão e pela Comissão Especial. Será lavrada ata do ato de recebimento dos envelopes, assim como serão assinalados dia e horário para nova sessão, considerando-se intimados todos os presentes. A ata será publicada no D.O.E. de São Gonçalo;

13.3 No dia assinalado no subitem anterior, será divulgada pelo Presidente da Comissão Especial a classificação das Propostas. Após tal ato, serão abertos os envelopes “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – da organização da sociedade civil cuja proposta foi classificada em primeiro lugar;

13.4 Se a organização de sociedade civil for inabilitada, serão convocadas as organizações de sociedade civil subsequentes e, na ordem de classificação, o Presidente da Comissão Especial poderá convidar aquela imediatamente mais bem classificada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada. A seguir, será analisada a documentação de habilitação.

14. DIREITO DE PETIÇÃO

14.1 A Organização/Instituição proponente poderá apresentar manifestação, no prazo de 3 (três) dias contínuos, a contar da publicação do parecer técnico da Comissão de Avaliação no “Diário Oficial Eletrônico”;

14.2 A falta de manifestação imediata e motivada da organização da sociedade civil interessada acarretará decadência do direito de recorrer e a homologação do resultado do processo seletivo;

14.3 O prazo para manifestação é contado excluindo-se o dia da publicação, e incluindo-se o dia do vencimento;

14.4 Considera-se prorrogado o prazo estipulado até o primeiro dia útil, se o vencimento ocorrer no sábado, domingo, feriado, ponto facultativo municipal ou se o expediente administrativo for encerrado antes do horário normal;

14.5 Só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal;

14.6 A manifestação da Entidade/Organização proponente oferecida no prazo determinado no Item 14.1 deste Edital será analisada pela Comissão Especial, e a decisão da Comissão será publicada no “Diário Oficial Eletrônico” no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da manifestação;

14.7 Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial;

14.8 A Comissão Especial poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis;

14.9 Caso a Comissão Especial não reconsidere sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento;

14.10 O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

15.1 Uma vez selecionada a(s) proposta(s), o Município de São Gonçalo poderá celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII) com a Entidade/Organização vencedora nos termos da Lei nº. 13019/2014, e suas alterações subsequentes;

15.2 O TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII) a ser celebrado com a Entidade/Organização vencedora obedecerá, integralmente, às disposições da Lei nº. 13019/2014, com observância na Lei nº. 8666/1993 e o Convênio nº. 818196/2015, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte – ME e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, bem como o Projeto Básico anexado ao mesmo, e demais legislações pertinentes ao objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO.

15.3 PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

15.3.1 O TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII) a ser firmado com a Entidade/Organização selecionada, terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, desde que haja interesse do Município de São Gonçalo;

15.4 Deixando a organização da sociedade civil de assinar o Termo de Colaboração no prazo de dois dias, poderá a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar as organizações da sociedade civil participantes remanescentes, por ordem de classificação, na forma do subitem 15.1;

15.5 A organização da sociedade civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pelos atos de seus empregados;

15.6 A organização da sociedade civil será também responsável, na forma do Termo de Colaboração, por todos os ônus, encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas.

16. DOS RECURSOS FINANCEIROS

16.1 Para a execução do objeto deste Edital, a Entidade/Organização vencedora receberá do Município o valor total estimado conforme o Cronograma de Desembolso (Anexo XI), referente ao pagamento de recursos humanos e encargos sociais, conforme o Projeto Básico/Termo de Referência (Anexo I), Proposta nº. 035619/2015 (Anexo II) e o Convênio nº. 818196/2015 (Anexo III), a ser distribuída em parcelas mensais, sendo a primeira parcela devida no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Colaboração.

16.2 O pagamento mensal a que se refere o item 16.1 será efetivado com recursos repassados do Convênio nº. 818196/2015, celebrado entre a União por intermédio do Ministério do Esporte – ME com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, para implantação de núcleos do Programa Vida Saudável e fonte de recursos do Município de São Gonçalo que poderá ser utilizado como contra partida, em dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL;

16.3 O valor do repasse mensal poderá ser alterado, caso sobrevenham custos não previstos neste Edital, assim como rendimentos dos valores depositados pelo Governo Federal na conta do Convênio nº. 818196/2015, após autorização do Ministério do Esporte – ME.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

17.1 Esclarecimentos e informações sobre este Edital, deverão ser formulados por escrito e entregues à COMISSÃO ESPECIAL, na Rua Uriscina Vargas, nº. 36, Alcântara, São Gonçalo, RJ, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, **no período de 07 de novembro a 06 de dezembro de 2018, das 09h às 17h;**

17.2 Os esclarecimentos e as informações serão respondidas pela Comissão Especial através de e-mail, que deverão ser fornecidos pela Entidade/Organização quando da formulação do esclarecimento e/ou informação.

18. DAS PENALIDADES

18.1 A Entidade/Organização interessada intimada a prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado, sob pena de desclassificação;

18.2 O descumprimento, total ou parcial das obrigações assumidas pela Entidade/Organização selecionada acarretará a aplicação das sanções previstas na legislação em vigor. Se o mesmo ocorrer antes da assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO, será selecionada a segunda classificada, e assim sucessivamente, respeitando-se a ordem de classificação;

18.3 A inexecução total ou parcial do TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII) ensejará a sua rescisão, com o correspondente encontro de contas, em que será apurada a necessidade de eventual devolução da verba repassada e/ou responsabilização por má gestão de verba pública.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza;

19.2 A Entidade/Organização(es) vencedora deverá atuar de acordo com o Projeto Básico/Termo de Referência (Anexo I), Proposta nº. 035619/2015 (Anexo II), Convênio nº. 818196/2015 (Anexo III) e o Termo de Colaboração (Anexo XII);

19.3 A Comissão Especial reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, ouvida, se necessário, a Procuradoria Geral do Município;

19.4 Serão desclassificadas as propostas que não cumprirem os termos, as disposições e os

19.5 os documentos e as Propostas concernentes, no caso de inabilitação da Entidade/Organização proponente, serão colocados à disposição da mesma na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a partir da assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII) pela entidade selecionada. Os que não forem reclamados até 60 (sessenta) dias após a publicação resumida do TERMO DE COLABORAÇÃO (Anexo XII) a ser firmado, serão destruídos;

19.6 Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto deste Chamamento Público e adjudicação dela decorrente;

19.7 A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto;

19.8 Anteriormente à celebração da parceria, a organização da sociedade civil deve se cadastrar junto ao Secretaria de Compras;

19.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL;

19.10 Integram o presente Edital, independente de transcrição:

ANEXO I – Plano de Trabalho (fls. 126);

ANEXO II – Proposta nº. 035619/015 (fls. 17);

ANEXO III – Convênio nº. 818196/2015 (fls. 30);

ANEXO IV – Termo Aditivo do Convênio nº. 818196/2015 (fls. 48);

ANEXO V – Orientações preliminares para implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e lazer (fls. 51);

ANEXO VI – Recibo de retirada do Edital (fls. 94);

ANEXO VII – Modelo de carta de credenciamento (fls. 95);

ANEXO VIII – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição (fls. 96);

ANEXO IX – Declaração de inidoneidade (fls. 97);

ANEXO X – Declaração de concordância com Edital e seus anexos (fls. 98);

ANEXO XI – Cronograma de desembolso (fls. 99);

ANEXO XII – Minuta do termo de colaboração (fls. 100);

ANEXO XIII – Declaração de que não possui profissional que ocupe cargo integrante no 1º e 2º escalões da Administração Pública (fls. 130).

São Gonçalo ____ de _____ de 2018

PROF. JOAQUIM DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer